

EDUCAÇÃO É O NOVO SONHO E CONSUMO DO PAULISTANO

11 de setembro de 2010|23h30

Carolina Dall'Olio e Lígia Tuon

A cozinha está completa, com fogão, geladeira, micro-ondas e mesa farta. A família também tem um computador. Eletrodomésticos, eletrônicos e produtos de informática já deixaram de ser sonhos de consumo para a nova classe média. Viraram realidade.

Por isso hoje os paulistanos das classes C e D pretendem dar um novo destino ao orçamento doméstico: no topo da lista de desejos agora está o investimento em educação.

Desde 1999, o Programa de Administração de Varejo da Fundação Instituto de Administração (Provar/FIA) entrevista 5.600 moradores de São Paulo para saber quais são suas intenções de compra para o próximo trimestre. Historicamente, produtos da linha branca e computadores encabeçavam a lista de desejos da classe média.

Mas essa fase ficou para trás. Em 2009, mais de 20 milhões de eletrodomésticos e quase 12 milhões de notebooks e PCs foram vendidos. Dois recordes. E neste ano, as vendas continuaram em alta, impulsionadas novamente pelo forte crescimento do consumo da classe emergente.

Por isso, na pesquisa que vai tratar das intenções de compra para o último trimestre de 2010, os entrevistados do Provar receberam uma resposta diferente. Educação virou o sonho de consumo número 1. "Esse público já adquiriu os produtos que queria e por isso agora parte para outro projeto, que é o de realizar um curso pago ou colocar os filhos no colégio particular", conta Ana Caroline Fernandes, professora do Provar/FIA. "As pessoas das classes C e D querem se educar para continuar melhorando de vida."

A assistente comercial Eloina Blanco, de 46 anos, é um exemplo disso. Com o crescimento da economia, conseguiu economizar dinheiro esse ano para pagar um curso de decoração – ela pretende mudar de profissão. Já a vendedora Mônica Siqueira, de 42 anos, quitou o financiamento da casa própria em 2009 e agora usa o dinheiro que sobra todo mês para custear um curso de idiomas para a filha.

Embora o interesse em estudar seja crescente, o gasto médio do brasileiro em educação ainda é muito baixo: corresponde a apenas 2,5% das despesas totais da família. Mas isso deve mudar. "A escolaridade da população brasileira está aumentando", observa Edilson Nascimento, gerente da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, citando que hoje o trabalhador tem em média 7,2 anos de estudo. "E quanto maior a escolaridade dos pais, mais eles fazem questão de investir em educação para os filhos."

A afirmação de Nascimento é reforçada pela percepção dos donos das escolas particulares. "Oferecer uma educação de qualidade para os filhos é o sonho de todo pai. Eles sempre querem que a criança vença na vida", enfatiza José Augusto de Mattos Lourenço, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp). "Por isso, com o crescimento da economia, desde 2008 já podemos notar que as classes C e D estão investindo nos estudos dos filhos", afirma Lourenço. "É esse público que vem fazendo o número de alunos no ensino particular aumentar."

O mesmo raciocínio vale para as faculdades particulares. "As pessoas das classes A e B já tinham condições de pagar uma universidade privada. Por isso, precisamos das classes C e D para crescer", diz Rodrigo Capelato, diretor executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

OS "CURSINHOS" PARA O ENEM

10 de setembro de 2010 | 0h 00
O Estado de S.Paulo

Desde que o Ministério da Educação (MEC) modificou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em março do ano passado, convertendo-o na principal forma de ingresso nas 55 universidades federais, por meio do Sistema de Seleção Unificada, muitos estabelecimentos de ensino - principalmente os particulares e confessionais - reformularam seus projetos pedagógicos e passaram a produzir material didático, fazendo "simulados" e oferecendo cursinhos específicos para a prova. Várias escolas admitem que a adequação dos currículos ao perfil de exigências do Enem é uma estratégia para se manter no topo do ranking de qualidade do MEC.

Pelas novas regras do MEC, as notas do Enem poderão ser utilizadas para preencher cerca de 42 mil das 183 mil vagas das universidades mantidas pela União. A possibilidade de disputar diversos cursos sem precisar se inscrever em vários vestibulares é o que atrai os estudantes. Além disso, o Enem é geralmente um exame menos "difícil" do que os vestibulares tradicionais.

A mudança no Enem também abriu novos negócios para os cursinhos preparatórios para vestibulares. Eles lançaram os chamados "laboratórios intensivos", com distintos formatos e duração que varia de cinco dias a dois meses e meio. Voltadas especificamente para essa prova, as aulas são preparadas para que os alunos entendam a lógica de avaliação do MEC e aprendam a lidar com o tempo para resolver as questões.

As atividades dos "laboratórios intensivos", que são distintas das dos cursinhos tradicionais, valorizam a memorização e desenvolvem a capacidade de argumentação com base em temas da atualidade, como genética, aquecimento global, crescimento autossustentado, preservação ambiental e globalização econômica. Nas aulas, os professores dão "dicas" de respostas aos alunos e se concentram nos conteúdos e habilidades exigidos pelo MEC em quatro áreas: matemática, ciências humanas, ciências da natureza e linguagem.

Para os cursinhos preparatórios, os "laboratórios intensivos" para a prova do Enem são apenas mais uma forma diferenciada de educação, que surgiu como decorrência natural das mudanças do sistema de avaliação do MEC. A exemplo dos cursinhos, as editoras especializadas em livros didáticos também lançaram centenas de publicações com exercícios e resumos teóricos sobre temas da atualidade. Há até livros de palavras cruzadas especialmente preparados para quem vai se submeter ao Enem.

Os educadores criticam essa ofensiva comercial no campo da educação, atribuindo-lhe o objetivo único de conquistar o mercado aberto pelas mudanças no Enem. Para alguns pedagogos, esse tipo de preparação dos estudantes para o Enem vai estimular as escolas a adotar medidas prioritariamente voltadas para objetivos mercadológicos, desfigurando um mecanismo cujo principal objetivo é aprimorar a qualidade do ensino médio. Com isso, o Enem poderá deixar de refletir a real situação das escolas. "Vai ser difícil identificar os valores e o conhecimento que a escola agregou aos estudantes. Sem contar que existem escolas com a política deliberada de expulsar alunos que não conseguem acompanhar o nível de ensino", diz Eduardo de Andrade, Ph.D. em economia da educação e professor do Insper.

Para outros pedagogos, os "laboratórios intensivos" para o Enem têm o mesmo defeito dos tradicionais cursinhos preparatórios para vestibulares. Ou seja, eles tentam ensinar, em poucas aulas e de forma açodada, o que os estudantes deveriam ter aprendido nas três séries do ensino médio. "A intenção do MEC é transformar o ensino médio. Mas as habilidades devem ser construídas a longo prazo e não num cursinho efêmero", diz Alípio Casali, professor de pós-graduação em educação da PUC/SP.

A reação das escolas particulares, dos cursinhos preparatórios e das editoras às mudanças no Enem eram previsíveis e inevitáveis: adaptaram-se às novas regras dessa prova. O que se espera do MEC, agora, é que aperfeiçoe as mudanças que realizou, para preservar a eficiência do sistema de avaliação escolar.

MEDIDA PROVISÓRIA CRIA FUNDO E LIBERA EXIGÊNCIA DE FIADOR PARA O FIES

Angela Pinho
De Brasília
08/09/2010 - 18h02

Ainda neste ano, universitários poderão ter acesso a financiamento estudantil sem a necessidade de fiador. A possibilidade foi aberta nesta quarta-feira, com a publicação de uma medida provisória que institui um "fundo garantidor" para o Fies, o programa federal de financiamento estudantil.

Esse fundo deverá ter recursos do governo e das instituições de ensino, de acordo com o ministro Fernando Haddad (Educação). A adesão das instituições será voluntária. Se quiser estudar em alguma que não tiver optado pelo fundo, o aluno continuará precisando de fiador.

Segundo o ministro, até o final do mês será definido o perfil do estudante que poderá pleitear o financiamento sem fiança.

O Fies, criado em 1999, é destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva no MEC.

Neste ano, o programa passou a funcionar em um novo formato, e os juros caíram para 3,4% ao ano. Segundo o MEC, o financiamento pode ser solicitado em qualquer período do ano. As inscrições podem ser feitas no site do ministério.

<http://www1.folha.uol.com.br/saber/795698-medida-provisoria-cria-fundo-e-libera-exigencia-de-fiador-para-o-fies.shtml>

ESTUDO DA OCDE MOSTRA DESEMPREGO MAIOR PARA QUEM CURSOU ENSINO MÉDIO

Publicada em 08/09/2010 pelo O Globo. Colaborou: Cássia Almeida.

PARIS e RIO. Os indicadores de educação do Brasil ainda estão muito abaixo da média registrada pelos países desenvolvidos, o que prejudica o mercado de trabalho brasileiro, como mostrou estudo divulgado ontem pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pesquisa "Olhares sobre Educação 2010" aponta que mais da metade (51%) da população brasileira entre 25 e 64 anos ainda não tinha completado o ensino médio em 2008, enquanto na média dos 31 países ricos da OCDE a taxa é de 29%. Além disso, a taxa de desemprego no Brasil é menor entre os adultos que não completaram o ensino médio que entre aqueles que já completaram este nível de ensino. Em entrevista à BBC Brasil, o economista Etienne Albiser informou que o índice de desemprego entre os que não concluíram o segundo grau no Brasil é de 4,7%, enquanto a taxa dos que terminaram o curso é de 6,1%.

Os dados vão contra a tendência registrada entre os países desenvolvidos, como aponta o estudo. Em geral, a taxa de desemprego entre aqueles que cursaram o ensino médio é quatro pontos percentuais menor que os que não têm esta formação. E, segundo especialistas, o ensino médio é considerado o preparo mínimo para disputar uma vaga em um competitivo mercado de trabalho.

Segundo Albiser, a diferença no caso brasileiro está ligada à alta taxa de desemprego entre mulheres que concluíram o segundo grau e também à estrutura da economia brasileira, que teria mais necessidade de mão de obra menos qualificada.

Os números citados pela OCDE diferem dos dados mais recentes da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE.

Pela PME, a taxa de desemprego da população com onze anos ou mais de estudo - ou seja, com o ensino médio completo - era de 6,6% em julho.

No caso de quem tem entre oito e dez anos de estudo, a taxa é de 9,3%. O nível chega a 6,1% na população classificada entre sem instrução a oito anos de estudo. A taxa maior nas faixas mais instruídas ocorre porque representam parcela maior na força de trabalho no Brasil, já que quase metade da população ocupada no país tem pelo menos o ensino médio completo.

Organização defende investimento em educação

A boa notícia é que o investimento em educação, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, conjunto dos bens e serviços produzidos no país ao longo de um ano), aumentou de 3,7% no período entre 1994 e 2000 para 5,2% em 2007, segundo a OCDE. A taxa, no entanto, ainda é inferior à média dos países ricos da OCDE, de 6,2%.

O Brasil também passou a dedicar um percentual maior de seu orçamento à educação.

O nível subiu de 11,2% em 1995 para 16,1% em 2007.

Com o acirramento da concorrência no mercado de trabalho, a OCDE defende mais investimentos na qualidade de a educação, de maneira a garantir um crescimento econômico a longo prazo.

- Diante de uma recessão mundial que continua a pesar sobre o emprego, a educação constitui um investimento essencial para reagir às evoluções tecnológicas e demográficas que redesenham o mercado de trabalho - afirmou o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, ao lançar o estudo em Paris."

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2010/09/07/estudo-da-ocde-mostra-desemprego-no-brasil-maior-para-quem-cursou-ensino-medio-917575741.asp>



BRASIL REGIONALIZA FORMAÇÃO DE DOUTORES

até 1999, 13 estados nunca haviam formado um doutor; agora, só Acre e Roraima estão fora da lista

Universidades, públicas ou privadas, de 13 Estados brasileiros do norte, nordeste e centro-oeste não haviam formado sequer um doutor até 1999. Uma década mais tarde, esse quadro mudou bastante. a formação de mestres e doutores nessas três regiões cresce proporcionalmente mais do que no sul e sudeste, elevando sua participação no mapa atual da pós-graduação e da produção científica do país, graças ao maior fluxo de recursos do governo federal e de agências estaduais de fomento à pesquisa.

A desigualdade na oferta de programas de mestrado e doutorado, contudo, persiste - fator que retarda o desenvolvimento e os avanços do sistema educacional, do nível básico ao superior. o cenário regional revela forte concentração nos estados mais ricos: em 2009, 79% dos pesquisadores brasileiros saíram das universidades do Distrito Federal, do sul e do sudeste, 15% das instituições de ensino superior do nordeste e 6% das regiões Norte e Centro-Oeste; a mesma relação há dez anos apresentava distorção maior: 88%, 9% e 3%, respectivamente.

Para Danielle Carusi, pesquisadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense (CEDE-Uff), o atraso na criação de programas de pós-graduação e a falta de investimento nos anos 1980 reprimiram uma grande demanda no interior do país. "estamos num momento de retomada, o que é positivo porque descentraliza cada vez mais a formação educacional do eixo rio-são paulo e contribui para o desenvolvimento regional", avalia a economista.

Odenildo Sena, Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), reconhece a descentralização da aplicação de recursos federais em favor da produção de conhecimento no interior do país, mas ressalva que o momento é de "correr atrás do prejuízo". "As melhores universidades e os melhores centros de pesquisa e de inovação tecnológica estão em São Paulo. como competir com isso, enquanto estamos no centro da maior biodiversidade do planeta, com milhares de espécies de peixes e plantas medicinais à espera de classificação, e nos falta capital intelectual para transformar isso em conhecimento, em riqueza?", questiona.

Outra explicação para a desigualdade é histórica, diz emídio cantídio, Diretor de Programas e Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Agência de Fomento à pesquisa do Ministério da Educação (MEC). "a pós-graduação no brasil é muito jovem, dos anos 1950, 1960. começou com o nascimento das Agências de Fomento Governamentais [CAPES, CNPQ e FAPESP] e se desenvolveu mais rapidamente no sudeste, no Rio e em São Paulo, onde as universidades eram tipicamente de pesquisa."

No resto do país foi adotado um modelo de universidade focado na graduação. "havia poucos mestres e doutores, titulação não era obrigação para dar aula. os professores eram mais ligados ao mercado de trabalho e isso não permitia levar adiante programas de pós-graduação", lembra cantídio, que fez parte de uma grande leva de acadêmicos brasileiros que se doutoraram no exterior nos anos 1970. A partir desse período, os programas de pós-graduação começaram a se espalhar. foram criadas exigências de qualificação e produção de pesquisa, seguidas primeiramente por universidades do sul e sudeste e, com maior atraso, por instituições do norte e centro-oeste.

Goiás, por exemplo, formou seu primeiro doutor em 2000, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 2006. em Rondônia, o primeiro doutorado foi concluído há apenas dois anos, com a apresentação de uma pesquisa reconhecida internacionalmente sobre o Controle Epidêmico da Malária na Região Amazônica. Já Acre, Amapá, Tocantins e Roraima, todos com universidades particulares, estaduais e federais consolidadas, ainda não entraram nessa lista - Acre e Roraima são os únicos Estados do país ainda sem programas de doutorado em andamento. "a primeira pesquisa de mestrado no acre começou em 2006, se leva algum tempo para chegar ao curso de doutorado", explica cantídio.

O Diretor da Capes acrescenta que um conjunto de políticas foi criado nos últimos anos para fortalecer a pós-graduação em regiões desfavorecidas, priorizando linhas de pesquisa com perfil regional e apostando no aumento da distribuição de bolsas de estudo. O projeto federal bolsa para todos prevê que 100% dos doutorandos das regiões norte e centro-oeste e grande parte dos mestrandos recebam auxílio no curto prazo. "isso precisa ser impulsionado, é uma ideia que pressiona os pesquisadores e profissionais a permanecerem na região e ajuda no desenvolvimento, qualificando a demanda por investimentos produtivos", avalia danielle .

De acordo com levantamento do valor, com base em dados da capes, entre os mais de 220 programas de mestrado e doutorado identificados hoje nas Regiões Norte e Centro-Oeste destacam-se pesquisas interdisciplinares que associam direito, ciências agrárias, energia, planejamento urbano, diversas modalidades de engenharia, saúde e várias outras áreas a temas relacionados ao ambiente. O único doutorado do amapá, por exemplo, intitula-se biodiversidade tropical, curso que prepara pesquisadores e profissionais altamente qualificados para o aproveitamento sustentável da floresta amazônica. Além disso, há programas tradicionais, como ciências da computação, ciências sociais, administração e cursos na área de educação, cujo o alvo é melhorar a educação básica.

"Só é preciso tomar cuidado com a qualidade dos cursos oferecidos", pondera Danielle. a maioria dos programas de pós-graduação das Regiões Norte e Centro-Oeste tem conceitos inferiores em comparação com as avaliações de qualidade dos cursos consolidados do eixo sul/sudeste. "Os cursos são avaliados a cada três anos, portanto é preciso esperar pela evolução", explica Maria das Graças Nascimento Silva, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

http://www.valoronline.com.br/impresso/brasil/97/306208/brasil-regionaliza-formacao-de-doutores?quicktabs_3=1



Desconto especial de 10% para os associados ANACEU

Para usufruir deste desconto informe o código "BRAND-ANACEU" na Ficha de Inscrição campo Nome Participante

Minicurso

Gestão da Marca nas Instituições de Ensino: como fazer o *branding* eficaz

07 de outubro de 2010 - das 14h00 às 18h00 - São Paulo - SP

Objetivos

Entender a importância da marca de sua instituição de ensino e o que pode ser feito para uma gestão mais eficiente que permita melhores condições de sua percepção, gerando maior captação de alunos.

Para quem se destina

Mantenedores, CEOs, Reitores, Diretores e Gerentes de Marketing de Instituições de Ensino Superior e Ensino Básico.

Programa

- . O que é *Branding* e a importância da marca.
- . Como construir uma marca forte: construção da Identidade e das estratégias da marca.
- . Gestão de marcas
- . *Naming* e Identidade visual das marcas
- . Valor da marca (*Brand Equity*)
- . *Endobranding* e *e-branding*
- . Cases de sucesso de marcas educacionais: criação, reposicionamento, gestão de marcas.
- . Iuni Educacional, Ser Educacional, Anhembí Morumbi, Anhanguera Educacional e outras.

Carga horária: 4 horas

Docente

Wandy Cavalheiro
. Diretora Executiva e sócia fundadora da Per Create Branding | Gestão de Marcas, desde 2004.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
www.humus.com.br
humus@humus.com.br
(11) 5535-1397



Desenvolvendo gestores para o sucesso